

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	31

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição dos principais riscos de mercado

A Emissora atua no mercado brasileiro estando sujeita, portanto, às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

A execução da Política Fiscal e Monetária do Governo Federal influencia significativamente os impactos nos preços internos e estes impactos não podem ser assegurados pela companhia quanto ao repasse para a tarifa de pedágio, o que pode provocar desequilíbrios importantes no resultado da companhia.

Eventuais ajustes nos impostos para cobrir déficits públicos podem reduzir a rentabilidade da companhia, assim como instabilidade e/ou pressão no cenário político que posterguem decisões importantes para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

A atuação do Governo na gestão dos impactos internos frente a crises internacionais pode desequilibrar a relação de preços interna, assim como afetar a produção de bens e serviços, impactando diretamente no volume de veículos pedagiados e no custo de produção dos serviços oferecidos aos usuários. A Companhia não pode garantir que sua performance econômica e financeira será mantida pelo grau de incerteza que estes impactos trarão à formatação e aplicação do valor da tarifa e da quantidade de veículos pagantes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não atua no mercado de derivativos e sua Política é de maximização do pagamento de dividendos e da remuneração das debêntures, concentrando suas aplicações o curto prazo, em papéis de pouco risco, não realizando operações de Hedge.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Foi aprovado pela agência reguladora (ANTT) em conformidade com a resolução nº 3651/11 de 07/11/2011, o quarto aditivo contratual através do ofício nº 513/2012/SUINF de 12/09/2012 a adoção do Fluxo de Caixa Marginal e o uso da taxa interna de retorno (TIR) específica para obras não previstas originariamente no contrato de concessão, de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro deste.

A praça de pedágio PN2, localizada no Km 71, em Teresópolis, teve sua cobrança suspensa temporariamente pela ANTT em setembro de 2009. A ANTT também suspendeu temporariamente a implantação da praça de pedágio PN3, no Km 14, no município de Sapucaia, próxima a divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O reequilíbrio econômico e financeiro destas duas praças vinha sendo realizado através do reajuste da tarifa básica de pedágio até setembro de 2012. Em setembro de 2013 a ANTT decidiu pelo reajuste zero da tarifa básica de pedágio, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro momentâneo do contrato.

Atualmente, a ANTT, em conjunto com o Ministério dos Transportes, estuda uma alternativa de reequilibrar o contrato de concessão da CRT.

Os acionistas, os investidores e a administração da companhia acreditam no cumprimento do contrato em vigor e nas soluções legais previstas neste, para a solução favorável do desequilíbrio acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura financeira e patrimonial é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no contrato que regula a concessão. O atual perfil patrimonial da Companhia é adequado para cumprir suas obrigações de curto prazo, lhe fornecendo plenas condições de lidar com as dívidas de médio prazo, bem como de contratar novos endividamentos no mercado que sejam necessários para a execução de suas atividades.

Todas as operações da Companhia são realizadas no Brasil, razão pela qual seus resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

A Diretoria entende que adota uma política financeira conservadora em seus níveis de alavancagem, sem exposição dos níveis da composição atual. A companhia teve seu *rating* mantido em novembro de 2013 em '**AA(bra)**' pela agência classificadora de risco "Fitch Ratings", o que corrobora nosso baixo grau de exposição.

Quanto ao resgate de ações, a companhia não possui ações resgatáveis e/ou em circulação e nem previsão de realização de tal evento, nos termos do estatuto em vigor.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, o nosso fluxo de caixa, bem como os projetos em implantação, acreditamos ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível assegurar que tais condições manter-se-ão inalteradas ao longo do tempo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar novos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessária a cobertura de deficiência de liquidez, a Companhia fará uso de linhas de crédito oferecidas pelos seus bancos de relacionamento, principalmente o Banco Bradesco, dentre outros, bem como da emissão de instrumentos de dívida tais como notas promissórias ou debêntures.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2013, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2012, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00. Os índices de alavancagem financeira em, 31 de dezembro de 2013 e, em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	2013	2012
Debêntures (Nota 13)	7.668	7.668
Total dos empréstimos (Nota 14)	71.502	48.565
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	(12.042)	(6.115)
Dívida líquida	67.128	50.118
Total do patrimônio líquido	131.549	109.272
Total do capital	198.677	159.390
Índice de alavancagem financeira	0,34	0,32

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas com as principais instituições financeiras do País, para eventual necessidade de capital de giro emergencial.

Empréstimos e Financiamentos (em R\$ mil).

Com relação aos níveis de endividamento, a companhia possui financiamento de longo prazo obtido junto ao BNDES para financiar as obras na rodovia previstas até 2013, cujas condições são descritas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2013		2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	10.571	60.931	9.075	39.490	6.322	37.556

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	2013	2012	2011
BNDES			
2015	13.491 (*)	19.768 (**)	15.029
2016	17.866	9.884	7.576
2017	14.727	6.866	7.576
2018	9.377	1.877	5.035
2019	5.470	1.095	2.340
Total Longo Prazo	60.931	39.490	37.556

(*) Inclui 9.884 referente ao ano de 2013.

(**) Inclui 12.198 referente aos anos de 2011 e 2012.

Grau de subordinação entre as dívidas.

Não há nenhum tipo de subordinação entre as dívidas existentes.

Eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O contrato acima possui como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 27 de fevereiro de 2014 e 10 de abril de 2014, nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão em 20/08/2012, cessão fiduciária de créditos, criação de conta reserva no valor

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

correspondente a 3 (três) PMT's e penhor de 15,37%, das ações da Concessionária em poder dos seguintes intervenientes: Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR, CCNE Carioca Concessões S/A, STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A e Queiroz Galvão Participações e Concessões S/A.

Esse contrato de empréstimo firmado em dezembro de 2013 está sujeito a cláusulas restritivas. As principais resumidas são:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar sem prévia e expressa autorização do BNDES saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta da companhia. Ficam excluídos do cômputo a que se refere esta cláusula os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para operação da beneficiária; o saldo devedor referente ao crédito decorrente desse contrato; à contratação de financiamento junto ao BNDES e ao BNDES Automático; à emissão de debêntures.
- Durante a vigência do contrato, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, quando a relação entre Patrimônio Líquido e Passivo Total for inferior a 20% ou índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3.
- IV – Requerer prévia e expressa anuência do BNDES para alteração no seu quadro acionário vigente a data de assinatura do presente contrato que implique no ingresso de novo acionista com participação igual ou superior a 20% do capital social da beneficiária.

Os demais contratos e financiamentos da companhia não estão sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants").

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

O financiamento obtido junto ao BNDES tem sua liberação à medida que a companhia comprova os pagamentos realizados aos fornecedores e da apresentação do cronograma físico-financeiro realizado e previsto.

Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 40,4M.

Em 2012 realizamos o financiamento da construção da Balança Fixa localizada no Km 131 e de parte da Ampliação da Capacidade da Subida da Serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.519 totalmente levantados.

Em 2013 a companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes sub créditos: Sub crédito A – R\$ 36.913, dos quais R\$ 21.000 foram levantados até a presente data e Sub crédito B – R\$ 15.820 – dos quais R\$ 9.000 foram levantados até a presente data.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Desempenho econômico-financeiro**

O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 8,93% aprovado em setembro de 2012 e pelo crescimento do tráfego da ordem de 1,3% em relação a 2012.

Os custos operacionais e as despesas administrativas, expurgados os efeitos de provisões de contingências, superaram 2012 em 7,6%. Índice que se apresenta acima da inflação de 2013 (5,9%) em 1,7 p.p. Considerando que em 2013 houve a implantação das balanças fixas no Km 71 e no Km 131, aumento dos custos com despesas ambientais (demanda do Instituto Chico Mendes), entre outros, podemos considerar que a gestão de custos da companhia foi bastante eficiente, já que, se expurgarmos também estes eventos, o crescimento dos custos de 2013 ficou em linha com a inflação do ano em análise. Deve-se destacar a redução do custo com o seguro da rodovia (-21,4%).

Como consequência dos fatos citados acima, o EBITDA apurado no ano foi superior ao de 2012 em 5,8%.

O Lucro Líquido da Companhia em 2013 atingiu R\$ 50M contra R\$ 48M de 2012. O lucro por ação atingiu R\$ 583,30 em 2013 contra R\$ 559,51 de 2012, um crescimento de 4,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroDemonstrativo de Resultados:

DESCRIÇÃO	2013	2012	Δ
Veículos equivalentes	15.920	15.711	1,3%
Receita operacional líquida	218.211	203.182	7,4%
Receitas operacionais	190.281	177.571	7,2%
PIS, COFINS, ISS e outros	(16.526)	(15.429)	7,1%
Outras receitas	774	503	53,8%
Receita de construção	43.683	40.537	7,8%
Custos e despesas	(102.844)	(94.115)	9,3%
Custos e despesas	(55.274)	(51.051)	8,3%
Provisões diversas	(532)	723	-173,6%
Ônus da concessão	(3.355)	(3.249)	3,3%
Custo da construção	(43.683)	(40.537)	7,8%
EBITDA	115.366	109.068	5,8%
<i>EBITDA/receita líquida</i>	52,9%	53,7%	-0,81 p.p
Depreciações e amortizações	(18.458)	(13.916)	32,6%
Despesas financeiras líquidas ¹	(19.919)	(19.984)	-0,3%
Lucro antes i. renda	76.989	75.168	2,4%
Imposto de renda/contribuição social ²	(26.553)	(26.789)	-0,9%
Lucro líquido	50.436	48.379	4,3%
Lucro Líquido/receita líquida	23,1%	23,8%	-0,70 p.p
Receita Líquida Ajustada ³	174.527	162.644	7,3%
EBITDA Ajustado⁴	115.366	109.068	5,8%
Margem EBITDA Ajustada	66,1%	67,1%	-0,96 p.p

¹ Inclui remuneração das debêntures² Contém R\$ 102 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet em 2013)³ Exclui Receita de Construção⁴ Exclui Receita e Custo da Construção**Financiamento**

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012.

Em 2012 realizamos o financiamento da construção da Balança Fixa localizada no Km 131 e de parte da Ampliação da Capacidade da Subida da Serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.519 totalmente levantados.

Em 2013 a companhia firmou novo contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, destinado à realização de obras de ampliação, modernização e recuperação estrutural da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, relativas ao período de 2012 a 2014, com destaque para construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, dividido nos seguintes sub créditos: Sub crédito A – R\$ 36.913, dos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

quais R\$ 21.000 foram levantados até a presente data e Sub crédito B – R\$ 15.820 – dos quais R\$ 9.000 foram levantados até a presente data.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado de 2013 foi de R\$ 39.943 (Acionistas R\$ 23.681 e Debenturistas R\$ 16.263) 6% abaixo de 2012, devido à atribuição de 70% do resultado contra 75% em 2012. Esta diferença é atribuída a menor disponibilidade de caixa devido ao baixo crescimento do volume de tráfego, do reajuste zero da tarifa e dos compromissos operacionais e de investimentos para atender ao previsto no contrato de concessão.

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings manteve o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AA (bra)'. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Comentários dos Diretores sobre os resultados da Companhia e em especial, a descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

A principal fonte de receita da CRT é o tráfego de veículos através da cobrança de pedágio. Em setembro de 2009 houve a suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Cruzeiro (PN2) localizada em Teresópolis. A perda de tráfego provocada pela suspensão, assim como a perda de tráfego provocada pela não implantação da praça de pedágio PN3 no km 14, foram compensadas através do reajuste da tarifa básica de pedágio até setembro/12.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em setembro/13, a ANTT decidiu pelo reajuste zero da tarifa básica de pedágio, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro momentâneo do contrato.

Atualmente, a ANTT em conjunto com o Ministério dos Transportes estudam uma alternativa de reequilibrar o contrato de concessão da CRT.

Os acionistas, os investidores e a administração da companhia acreditam no cumprimento do contrato em vigor e nas soluções legais previstas neste, para a solução favorável do desequilíbrio acima.

A evolução do tráfego pedagiado está diretamente ligada à situação econômica tanto da região, que abrange seis municípios, quanto do país. Esta relação fica bem explícita quando comparamos o desempenho de 2013 com o de 2012. O ano de 2013 apresentou os menores índices de desemprego registrados na história do país, fato que elevou a renda familiar e proporcionou maior estabilidade nos empregos. Por outro lado, a indústria nacional teve um ano bastante difícil, com um desempenho bem abaixo do esperado, o que afetou a circulação de bens de capital e de consumo. Diante deste cenário, o tráfego de veículos leves cresceu 4,9% e o de veículos pesados apresentou queda de 0,8% quando comparados a 2012. O número total de veículos pedagiados apresentou crescimento de 1,3%.

Comentários dos Diretores sobre os resultados da Companhia e em especial, sobre fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O EBITDA de 2012 apresentou excelente resultado, superando o de 2011 em 29,43%.

Os custos operacionais e despesas administrativas (expurgados os efeitos de provisões) estão apenas 6,3% acima dos registrados em 2011 (R\$ 51.051 vs R\$ 48.028), este índice ficou apenas 0,5 p.p. acima da inflação (6,8%).

O crescimento dos custos e despesas administrativas foi compensado pelo aumento do faturamento da companhia que apresentou elevação em relação a 2011 de 19,9%.

O resultado operacional (EBITDA) de 2013 apresentou elevação de 5,8% em relação a 2012.

Conforme já relatado, os custos operacionais e as despesas administrativas, expurgados os efeitos de provisões de contingências, superaram os de 2012 em 7,6%.

Assim como em 2012, o crescimento dos custos e despesas administrativas foi compensado pelo aumento de 7,2% da receita operacional da companhia em relação a 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Comentários dos Diretores sobre os resultados da Companhia e em especial, sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

O crescimento da Receita Operacional (19,9%), de 2012 para 2011 deve-se a combinação do reajuste da tarifa ocorrido em set/11 (15,5%) ao reajuste ocorrido em set/12 (8,9%) e ao crescimento do tráfego de 5,8%.

Comparando 2013 com 2012, a Receita Operacional cresceu 7,2% devido ao reajuste da tarifa em setembro de 2012 (+8,93%) e ao crescimento do tráfego (+1,3%).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE HORIZONTAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2011)

ATIVO	2011	%	2012	%	2013	%
CIRCULANTE						
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.078	100,00	6.115	98,67	12.042	291,23 (1)
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	1.049	100,00 (2)
Créditos a receber	8.932	100,00	10.181	13,98	9.978	11,71 (3)
Créditos a receber de partes relacionadas	-	100,00	-	-	808	100,00 (4)
Despesas Antecipadas	4.214	100,00	2.977	-29,35	2.466	-41,48 (5)
Indenizações a receber	6.344	100,00	1.364	-78,50	4.512	-28,88
Outros						
Total do Ativo Circulante	22.568	100,00	20.637	-8,56	30.855	36,72
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Depósitos Judiciais	1.847	100,00	1.938	4,93	1.932	4,60
Outras Contas a Receber	540	100,00	1.085	100,93	1.728	220,00 (6)
Imobilizado	1.585	100,00	3.445	117,35	4.992	214,95 (7)
Intangível	143.602	100,00	172.747	20,30	199.821	39,15 (8)
Total do Ativo não Circulante	147.574	100,00	179.215	21,44	208.473	41,27
TOTAL DO ATIVO	170.142	100,00	199.852	17,46	239.328	40,66
PASSIVO	2011	%	2012	%	2013	%
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	6.322	100,00	9.075	43,55	10.571	67,21 (9)
Debêntures	6.532	100,00	5.870	-10,13	2.793	-57,24 (10)
Fornecedores	4.494	100,00	1.391	-69,05	1.388	-69,11 (11)
Provisão para Manutenção	295	100,00	320	8,47	285	-3,39
Impostos Taxas e Cont. a Pagar	8.344	100,00	10.973	31,51	10.859	30,14 (12)
Salários, Provisões e Cont. Sociais	3.339	100,00	3.478	4,16	3.904	16,92
Outras Contas a Pagar	2.834	100,00	6.188	118,35	2.767	-2,36
Total do Passivo Circulante	32.160	100,00	37.295	15,97	32.567	1,27
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos	37.556	100,00	39.490	5,15	60.931	62,24 (13)
Debêntures	7.668	100,00	7.668	0,00	7.668	0,00
Provisão para Manutenção	2.429	100,00	2.134	-12,14	1.839	-24,29 (14)
Obrigações legais s/ proc. judiciais	3.177	100,00	2.363	-25,62	2.766	-12,94
Imposto de Renda e CSL Diferidos	92	100,00	1.630	1.671,74	2.008	2.082,61 (15)
Total do Passivo não Circulante	50.922	100,00	53.285	4,64	75.212	47,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	45.700	100,00	54.400	19,04	63.320	38,56 (16)
Reservas de Capital	8.151	100,00	7.801	-4,29	7.836	-3,86
Reservas de Lucro	33.209	100,00	47.071	41,74	60.393	81,86 (17)
Total do Patrimônio Líquido	87.060	100,00	109.272	25,51	131.549	51,10
TOTAL DO PASSIVO	170.142	100,00	199.852	17,46	239.328	40,66

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

1. Aumento do saldo devido principalmente à postergação de alguns investimentos e a captação de R\$ 30 milhões provenientes do financiamento de obras contratado junto ao BNDES.
2. Saldo de aplicação em fundos de investimento da CEF com liquidez de curto prazo.
3. Variação devida ao aumento no fluxo de veículos da pista automática, cujo recebimento se dá no sistema pós pago e pode ser de até 45 dias.
4. Crédito referente à passagem de veículos na pista automática de usuários da operadora PEX que compõe o grupo econômico INVEPAR.
5. Diminuição do saldo em função da redução do custo do seguro da rodovia por ocasião da renovação da apólice.
6. Crescimento do saldo a receber das seguradoras, referente a indenizações a usuários (ações cíveis).
7. Obras realizadas e/ou iniciadas destacando-se: construção do novo refeitório, novo centro de controle operacional (CCO), modernização das instalações da administração e da engenharia e projetos de TI.
8. Obras realizadas e/ou iniciadas destacando-se: construção do trecho II e trecho III da terceira faixa da serra; reconstrução do pavimento e drenagem profunda; alargamento e reforço de pontes e viadutos; construção de rua lateral; contenções diversas ao longo da rodovia e construção do posto fixo de pesagem.
9. Liberação de parcelas do contrato de financiamento junto ao BNDES.
10. Em dezembro de 2013 houve a antecipação de parte da remuneração das debêntures referentes ao quarto trimestre de 2013.
11. O saldo de fornecedores apresentado em 2013 está em linha com 2012. Quando comparado ao de 2011 houve uma queda de 69% já que, em 2011, o faturamento de grande parte dos fornecedores ocorreu no final de dezembro.
12. Aumento da base de cálculo em virtude do aumento no resultado da Companhia.
13. Em dezembro de 2013 houve a liberação da primeira “tranche” do financiamento BNDES III de R\$ 30 milhões.
14. A redução é proveniente de orientação, através de nota técnica nº 14, de 18/08/2011, do poder concedente (ANTT), a qual redefiniu os eventos de manutenção anteriormente previstos, como investimento.
15. Reconhecimento da diferença da amortização entre taxa x tempo e das receitas de juros s/financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

16. Aumento realizado para atender cláusula 307, seção XLIX do Contrato de Concessão.
17. Crescimento no resultado da Companhia e limitação de sua distribuição a título de dividendos e de remuneração de debenturistas, face às necessidades de investimentos para atender ao Contrato de Concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE VERTICAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2011)

ATIVO	2011	%	2012	%	2013	%
CIRCULANTE						
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.078	1,81	6.115	3,06	12.042	5,03
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	1.049	0,44
Créditos a receber	8.932	5,25	10.181	5,09	9.978	4,17
Créditos a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	808	0,34
Despesas Antecipadas	4.214	2,48	2.977	1,49	2.466	1,03
Indenizações a receber	6.344	3,73	1.364	0,68	4.512	1,89
Total do Ativo Circulante	22.568	13,26	20.637	10,33	30.855	12,89
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Depósitos Judiciais	1.847	1,09	1.938	0,97	1.932	0,81
Outras Contas a Receber	540	0,32	1.085	0,54	1.728	0,72
Imobilizado	1.585	0,93	3.445	1,72	4.992	2,09
Intangível	143.602	84,40	172.747	86,44	199.821	83,49
Total do Ativo não Circulante	147.574	86,74	179.215	89,67	208.473	87,11
TOTAL DO ATIVO	170.142	100,00	199.852	100,00	239.328	100,00
PASSIVO	2011	%	2012	%	2013	%
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos	6.322	3,72	9.075	4,54	10.571	4,42
Debêntures	6.532	3,84	5.870	2,94	2.793	1,17
Fornecedores	4.494	2,64	1.391	0,70	1.388	0,58
Provisão para Manutenção	295	0,17	320	0,16	285	0,12
Impostos Taxas e Cont. a Pagar	8.344	4,90	10.973	5,49	10.859	4,54
Salários, Provisões e Cont. Sociais	3.339	1,96	3.478	1,74	3.904	1,63
Outras Contas a Pagar	2.834	1,67	6.188	3,10	2.767	1,16
Total do Passivo Circulante	32.160	18,90	37.295	18,66	32.567	13,61
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos	37.556	22,07	39.490	19,76	60.931	25,46
Debêntures	7.668	4,51	7.668	3,84	7.668	3,20
Provisão para Manutenção	2.429	1,43	2.134	1,07	1.839	0,77
Obrigações legais s/ proc. judiciais	3.177	1,87	2.363	1,18	2.766	1,16
Imposto de Renda e CSL Diferidos	92	0,05	1.630	0,82	2.008	0,84
Total do Passivo não Circulante	50.922	29,93	53.285	26,66	75.212	31,43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	45.700	26,86	54.400	27,22	63.320	26,46
Reservas de Capital	8.151	4,79	7.801	3,90	7.836	3,27
Reservas de Lucro	33.209	19,52	47.071	23,55	60.393	25,23
Total do Patrimônio Líquido	87.060	51,17	109.272	54,68	131.549	54,97
TOTAL DO PASSIVO	170.142	100,00	199.852	100,00	239.328	100,00

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE VERTICAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2011)

	2011	%	2012	%	2013	%
Receita de Serviços (l)	135.229	76,29	162.142	80,00	173.821	79,92
Receita de Construção (m)	42.034	23,71	40.537	20,00	43.683	20,08
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	177.263	100,00	202.679	100,00	217.504	100,00
Custo dos Serviços (n)	(34.805)	(19,63)	(50.055)	(24,70)	(56.577)	(26,01)
Custo de construção (o)	(42.034)	(23,71)	(40.537)	(20,00)	(43.683)	(20,08)
LUCRO BRUTO	100.424	(43,35)	112.087	(44,70)	117.244	(46,10)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Gerais e Administrativas	(17.686)	(9,98)	(15.462)	(7,63)	(18.573)	(8,54)
Depreciações e Amortizações	(402)	(0,23)	(526)	(0,26)	(596)	(0,27)
Participação de Empregados	(1.511)	(0,85)	(1.748)	(0,86)	(1.700)	(0,78)
Outras Receitas (despesas) Operacionais - Líquidas	482	0,27	503	0,25	431	0,20
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	81.307	(10,78)	94.854	(8,50)	96.806	(9,40)
RESULTADO FINANCEIRO:						
Receitas Financeiras	843	0,48	572	0,28	714	0,33
Despesas Financeiras (p)	(155)	(0,09)	(3.248)	(1,60)	(4.370)	(2,01)
Remuneração de Debenturistas (q)	(14.897)	(8,40)	(17.308)	(8,54)	(16.263)	(7,48)
Total Resultado Financeiro	(14.209)	(8,02)	(19.984)	(9,86)	(19.919)	(915,80)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	67.098	37,85	74.870	36,94	76.887	35,35
Imposto de renda e contribuição social	(24.101)	(13,60)	(26.491)	(13,07)	(26.451)	(12,16)
LUCRO DO EXERCÍCIO	42.997	24,26	48.379	23,87	50.436	23,19

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**ANÁLISE HORIZONTAL****CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto coluna de percentual, base 100 = 2011)

	2011	%	2012	%	2013	%	
Receita de Serviços	135.229	100,00	162.142	119,90	173.821	128,54	(1)
Receita de Construção	42.034	100,00	40.537	96,44	43.683	103,92	(2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	177.263	100,00	202.679	114,34	217.504	122,70	
Custo dos Serviços	(34.805)	100,00	(50.055)	143,82	(56.577)	162,55	(3)
Custo de construção	(42.034)	100,00	(40.537)	96,44	(43.683)	103,92	(4)
LUCRO BRUTO	100.424	100,00	112.087	111,61	117.244	116,75	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Gerais e Administrativas	(17.686)	100,00	(15.462)	87,43	(18.573)	105,02	(5)
Depreciações e Amortizações	(402)	100,00	(526)	130,85	(596)	148,26	
Participação de Empregados	(1.511)	100,00	(1.748)	115,68	(1.700)	112,51	
Outras Receitas (despesas) Operacionais - Líquidas	482	100,00	503	104,36	431	89,42	
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	81.307	100,00	94.854	116,66	96.806	119,06	
RESULTADO FINANCEIRO:							
Receitas Financeiras	843	100,00	572	67,85	714	84,70	
Despesas Financeiras	(155)	100,00	(3.248)	2.095,48	(4.370)	2.819,35	(6)
Remuneração de Debenturistas	(14.897)	100,00	(17.308)	116,18	(16.263)	109,17	(7)
Total Resultado Financeiro	(14.209)	100,00	(19.984)	140,64	(19.919)	140,19	
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	67.098	100,00	74.870	111,58	76.887	114,59	
Imposto de renda e contribuição social	(24.101)	100,00	(26.491)	109,92	(26.451)	109,75	(8)
Total	(24.101)	100,00	(26.491)	109,92	(26.451)	109,75	
LUCRO DO EXERCÍCIO	42.997	100,00	48.379	112,52	50.436	117,30	

Notas:

1. O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 15,4% aprovado em 03/09/2011, pelo reajuste de 8,4% aprovado em 03/09/2012 e pelo crescimento do tráfego de 2013 da ordem de 7,2% em relação a 2011.
2. Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurada como receita de construção R\$ 44M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para este tratamento.
3. Os custos de 2011 estão impactados pela reversão da provisão de recapeamento no valor de MR\$ 7,4. Já os custos de 2012 foram impactados pelo aumento no prêmio do seguro da companhia, face ao sinistro ocorrido em 12/01/2011, e pelos novos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

itens previstos no contrato de concessão/PER (novo sistema de atendimento ao usuário, iluminação rodovia, balança fixa no km 71, frota veículos). Os custos de 2012 sofreram impacto do crescimento da amortização em MR\$ 4,8 (+52,2%), devido à conclusão de importantes obras, como o primeiro trecho da expansão da serra. Em 2013 houve o início da operação da balança fixa no Km 131 e o aumento de MR\$ 4,8 (+32,6%) em relação a 2012 com custos de amortização, também em função da conclusão de importantes investimentos.

4. Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurada como custo de construção o montante de MR\$ 44.
5. As despesas administrativas de 2011 estão impactadas pela provisão de MR\$ 1,3 referente a ações cíveis e trabalhistas. Em 2012 houve a reversão de MR\$ 829 mil, diferença entre a condenação e o valor provisionado. Expurgados estes valores, verifica-se um crescimento de 6,2%, apenas 0,4p.p. acima da inflação (IPCA) de 2012. Em 2013 as despesas cresceram, em relação a 2012, apenas 5,02%, ficando 0,88 p.p. abaixo da inflação (IPCA) de 2013.
6. O item apresenta crescimento devido aos custos com o financiamento dos investimentos através do BNDES.
7. A remuneração de Debenturistas referente ao resultado de 2013 foi de MR\$ 16,3, 6,04% abaixo de 2012 (MR\$ 17,3). Em 2013, a companhia distribuiu 70% do resultado (contra 75,5% em 2012), conforme a política de distribuição aprovada pelo Conselho de Administração. Esta diferença deve-se a adequação a necessidade de caixa da companhia conforme já detalhado.
8. Constituição/realização de ativo/passivos diferidos e aumento no resultado do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os administradores não esperam a ocorrência de eventos capazes de produzirem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras. Informamos, ainda, que: i) Não ocorreram alienações de segmento operacional, ii) Não houve constituição ou alienação de participação societária e, iii) Não ocorreram operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- a) Em 2013 não houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, sendo que as mesmas políticas e práticas contábeis vêm sendo aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
- b) Não houve ressalvas do Auditor, tendo a Companhia atendido a legislação vigente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Bases de preparação e apresentação das informações anuais

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

Dentre as políticas contábeis mais relevantes, destacamos as seguintes:

1. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

1.1. Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

1.2. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

1.3. Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações anuais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

4. Instrumentos financeiros

4.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

4.2. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) A companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Anualmente são realizados investimentos para evolução das ferramentas de controle, tendo, a companhia, adquirido em 2007 um sistema integrado de informações (ERP) com previsão de implantação completa em 2014.

b) Não foram apontadas pelo auditor externo no decorrer da execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, recomendações relevantes sobre o sistema de controle interno vigente.

c) Sistema de Arrecadação – Controles Internos.
O sistema de arrecadação da CRT se baseia nos princípios de controles internos e segregação de responsabilidades.

c.i) Controle de acesso:

- Possui funcionalidades específicas e cada usuário possui seu login e senha própria e intransferíveis.

Arrecadador - pode arrecadar e lançar seu numerário no final do turno.

Supervisor - permite emissão de relatórios para prestação de contas do arrecadador.

Auditor - permite a correção de transações dos arrecadadores através de imagens associadas.

c.ii) Arquitetura:

O sistema está dividido em três níveis:

Nível 1 - Também chamado de nível de pista é composto pelo software TOLL e periféricos de automação comercial, para registro, classificação e detecção de imagens dos veículos passantes.

Nível 2 – Nível de supervisão, permite ao supervisor da praça de pedágio visualizar os status das cabines (online/off-line) e os funcionamento dos periféricos de pista.

Nível 3 - Nível gerencial, possui integração com o software ERP da empresa permitindo a exportação do faturamento para processamento e contabilização da receita, também é possível a emissão de relatórios de acompanhamento e controle de arrecadação, além das análises por imagens de transações das pistas pelo setor de auditoria.

C.iii)Operações

A área de operação controla o sistema nos níveis 1, 2 (operacional) onde ocorrem os processos de classificação de veículos, registro de numerários, preparação e de envio de malotes para o banco.

c.iv)Administração do contas a receber.

O setor financeiro também controla, via sistema, o contas a receber gerado pelos processos de meio eletrônico de pagamentos, Sem Parar e Auto Expresso.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

c.v) Auditoria de transações:

O sistema tem como característica fundamental a segregação de responsabilidades. O setor de auditoria é responsável pelos processos de correções de transações através de imagens geradas pelo sistema.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não aplicável tendo em vista que a CRT não realizou nenhuma oferta pública no período coberto pelos últimos três exercícios sociais e tampouco no exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não mantemos e não mantivemos quaisquer operações, contratos e/ou obrigações que não estejam ou não foram divulgadas no conteúdo de nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentários não pertinentes, tendo em vista a inexistência de operações, contratos e/ou obrigações, como informado no item 10.8 desse formulário.